

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da MAPFRE Vida S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.
A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos. Em 2015 a Seguradora apresentou R\$ 680,2 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento

de 34,0% sobre o ano anterior e lucro líquido de R\$ 104,3 milhões, com crescimento expressivo de prêmios ganhos e resultado financeiro em comparação aos resultados de 2014, quando obteve lucro líquido de R\$ 4,0 milhões.

No exercício de 2015, os acionistas deliberaram distribuição de lucros no total de R\$ 111,4 milhões, na forma de dividendos e juros sobre capital próprio, nos valores de R\$ 82,9 milhões e R\$ 28,5 milhões, respectivamente, em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 23 de fevereiro, 29 de maio, 18 de agosto, 30 de novembro e 29 de dezembro de 2015.

Em atendimento à Circular SUSEP nº 517/15, a MAPFRE Vida S.A. declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 190,7 milhões e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos.

Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros e segurados pela confiança e apoio, e, em especial, aos nossos colaboradores, pela contribuição e determinação dedicadas.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Circulante		638.138	447.734	Circulante		595.704	606.999
Disponível		2.514	4.045	Contas a pagar		59.114	66.604
Caixa e bancos	5	2.514	4.045	Obrigações a pagar	14	33.826	50.361
Equivalentes de caixa	5	3.512	13.239	Impostos e encargos sociais a recolher		3.666	5.258
Aplicações	6	416.397	248.957	Encargos trabalhistas		3.956	4.521
Créditos das operações com seguros e resseguros		155.939	128.318	Impostos e contribuições	15	515	992
Prêmios a receber	8	84.719	84.870	Outras contas a pagar		17.151	5.472
Operações com seguradoras		39.357	16.423	Débitos de operações com seguros e resseguros		75.861	65.165
Operações com resseguradoras	10a	31.863	27.025	Prêmios a restituir		3.532	3.382
Outros créditos operacionais		6.009	7.176	Operações com seguradoras	9	22.053	15.339
Ativos de resseguro e retrocessão	10a	13.604	13.613	Operações com resseguradoras	10b	20.637	15.493
Títulos e créditos a receber		23.143	18.498	Corretores de seguros e resseguros	16	25.486	27.533
Títulos e créditos a receber	11	10.383	7.524	Outros débitos operacionais		4.153	3.418
Créditos tributários e previdenciários	25b	11.612	7.680	Depósitos de terceiros	17	17.144	4.096
Outros créditos		1.148	3.294	Provisões técnicas - seguros	18	443.585	471.134
Outros valores e bens		5.324	3.178	Danos		77.732	97.782
Outros valores		5.324	3.178	Pessoas		311.342	322.104
Despesas antecipadas		105	118	Vida individual		54.511	51.248
Custos de aquisição diferidos	18	11.591	10.592	Passivo não circulante		146.043	115.057
Seguros		11.591	10.592	Provisões técnicas - seguros	18	137.404	111.018
Ativo não circulante		584.022	763.639	Pessoas		137.391	111.018
Realizável a longo prazo		551.790	733.392	Vida individual		13	-
Aplicações	6	296.137	483.690	Outros débitos		8.639	4.039
Títulos e créditos a receber		254.725	248.972	Provisões judiciais	22	8.639	4.039
Créditos tributários e previdenciários	25b	241.226	235.484	Patrimônio líquido	23	480.413	489.317
Depósitos judiciais e fiscais	22a	13.016	12.401	Capital social		468.766	308.295
Outros créditos		483	1.087	Aumento de capital (em aprovação)		-	160.471
Custos de aquisição diferidos	18	928	730	Reservas de capital		2.518	2.518
Seguros		928	730	Reservas de lucros		13.089	19.208
Investimentos		4.230	4.451	Ajuste de títulos e valores mobiliários		(3.960)	(1.175)
Participações societárias		434	578				
Imóveis destinados à renda		3.786	3.863				
Outros investimentos		10	10				
Imobilizado	12	6.228	7.274				
Bens móveis		2.610	2.288				
Outras imobilizações		3.618	4.986				
Intangível	13	21.774	18.522				
Outros intangíveis		21.774	18.522				
Total de ativo		1.222.160	1.211.373	Total de passivo e patrimônio líquido		1.222.160	1.211.373

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

	Reservas de capital		Reservas de lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de capital em aprovação	Doações e subvenções	Reserva de capital			
Saldo em 31 de dezembro de 2013	218.295	90.000	112	446	2.372	45.061	353.940
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	1.171	1.171
Incorporação Vida Seguradora S.A. (Vide nota explicativa nº 28)	-	-	-	1.960	-	-	1.960
Aumento de capital - AGE 1º de novembro de 2014	-	160.471	-	-	-	-	160.471
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP nº 5.953 de 18/07/2014	60.000	(60.000)	-	-	-	-	-
Aprovação do aumento de capital - Portaria SUSEP/DIRAT nº 43 de 15/08/2014	30.000	(30.000)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos - AGO/E de 29 de dezembro de 2014	-	-	-	-	-	(31.300)	(31.300)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.032	4.032
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	-	-	202	-	(202)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	2.873	(2.873)
Dividendos mínimos obrigatório	-	-	-	-	-	(957)	(957)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	308.295	160.471	112	2.406	2.574	16.634	(1.175)
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	(2.785)
Dividendos pagos - AGE de 23 de fevereiro de 2015	-	-	-	-	-	(16.044)	(16.044)
Aumento de capital - Portaria SUSEP Nº 6.245 de 25 de abril de 2014	160.471	(160.471)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	104.325
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	-	-	-	-	5.216	-	(5.216)
Dividendos pagos - AGE de 29 de maio de 2015	-	-	-	-	-	(591)	(22.909)
Dividendos pagos - AGE de 18 de agosto de 2015	-	-	-	-	-	(13.100)	(13.100)
Dividendos pagos - AGE de 30 de novembro de 2015	-	-	-	-	-	(14.300)	(14.300)
Juros sobre o capital próprio pagos - 30 de novembro de 2015	-	-	-	-	-	(26.500)	(26.500)
Juros sobre o capital próprio pagos - 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	(2.000)	(2.000)
Dividendos pagos - 29 de dezembro de 2015	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Reserva de investimentos	-	-	-	-	-	5.300	(5.300)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	468.766	-	112	2.406	7.790	5.299	(3.960)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

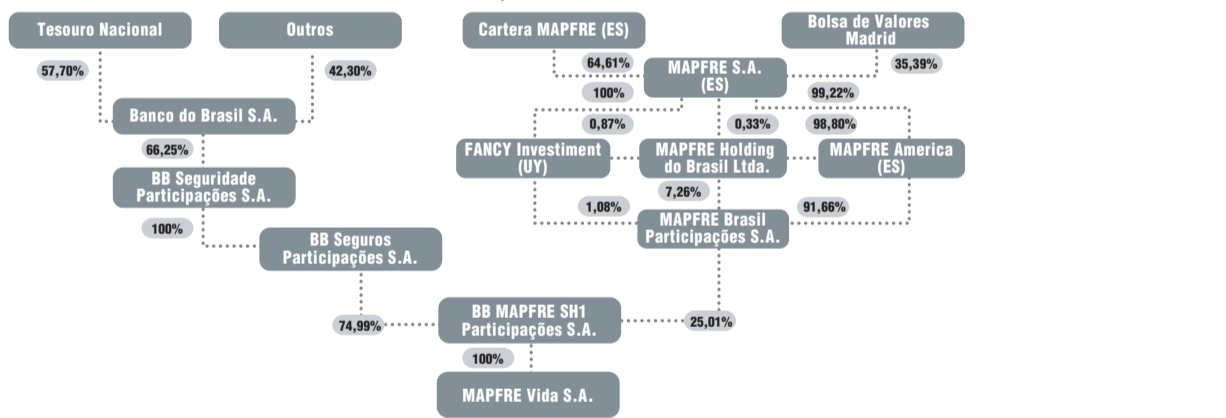
A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. A Seguradora, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na nota explicativa nº 27.

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil, através de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e o Grupo MAPFRE, através de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A.,

firmada em 5 de maio de 2010, foi concretizada, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE (BBMAPFRE), representado por duas Sociedades Holdings: BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e MAPFRE BB SH2 Participações S.A.

Em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, apurado pelo valor contábil, da Vida Seguradora S.A., conforme deferimento formalizado por meio da Carta 207/2014/SUSEP-SEGER em 10 de junho de 2014. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2014. Os saldos incorporados estão demonstrados na nota explicativa 28.

Em 31 de dezembro de 2015, o Grupo apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 4.676 de 25 de junho de 2012.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância à Circular SUSEP nº 517/15, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular, e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 22 de fevereiro de 2016. **b) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **c) Continuidade:** A Administração considera que Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendados pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Nota 6 - Aplicações; • Notas 8 - Prêmios a receber (Provisão para risco sobre crédito); • Notas 3k, 18 e 21 - Provisões técnicas; e • Nota 25 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **e) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **f) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Seguradora, encontra-se o IFRS 9 - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, substituirá a orientação sobre o reconhecimento de receitas que existe atualmente. A nova norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i. ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ii. ativos financeiros mantidos até o vencimento e iii. ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos,

os quais impactam o resultado. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iv. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6 d.

c) Instrumentos financeiros derivativos: A Seguradora mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BM&Fbovespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **d) Redução ao valor recuperável:** **i. Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas na realidade, e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. **ii. Operações de seguros e resseguros:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber diretos líquidos de resseguro, cosseguro e imposto sobre operações financeiras (IOF), considerando a probabilidade de cancelamento por inadimplência e sobre os créditos a recuperar com resseguradores, com base em estudo que considera o total dos créditos com data de origem superior a 365 dias e aplicação de fator de ponderação calculado de acordo com o rating do ressegurador. Para as operações com IRB Brasil Resseguros S.A., MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros e MAPFRE RE Companhia de Resseguros não há histórico de risco de perda. **iii. Ativos não financeiros:** Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável.

e) Imobilizado: O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa 12. **f) Ativos intangíveis:** Compreende substancialmente projetos relacionados a desenvolvimento de sistemas, apresentados na nota explicativa 13. **g) Classificação dos contratos de seguros:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos custos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base "pro rata-die" ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Os contratos de resseguro são classificados como contrato de seguros, pois transferem risco de seguro significativo. A transferência de riscos de seguro por meio de contratos de resseguros é efetuada no curso

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2015	2014
(+) Prêmios emitidos	24b	680.188	507.433
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios		1.278	13.768
(-) Prêmios ganhos	24a	681.466	521.201
(-) Receita com emissão de apólices		3.885	-
(-) Sinistros ocorridos	24c	(420.133)	(342.552)
(-) Custos de aquisição	24d	(127.894)	(116.021)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	24e	(26.731)	(52.833)
(+) Resultado com operações de resseguro	24f	1.263	(5.479)
(+) Receita com resseguro		8.482	5.256
(-) Despesa com resseguro		(7.219)	(10.735)
(-) Despesas administrativas			

finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados.

iii. Outros benefícios de curto prazo: Outros benefícios de curto prazo tais como seguro-saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **p) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado.

r) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 1º de setembro de 2015. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo que o imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado, estejam disponíveis. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. **s) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação nos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: **Risco de subscrição;** **Risco de crédito;** **Risco de liquidez;** **Risco de mercado;** e **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados.

Estrutura de gerenciamento de riscos: O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do "Value at Risk" (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, a Seguradora conta com os seguintes comitês: **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. **Comitê de riscos globais:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORA BANCO DO BRASIL E MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a alta direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. **Comitê executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como à qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Para a natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradores que possuem *Rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas.

Concentração de riscos: As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (*)	
	2015	%	2015	%
Região geográfica				
Centro-Oeste	139.559	23%	139.554	23%
Nordeste	12.895	2%	12.894	2%
Norte	3.912	1%	3.911	1%
Sudeste	400.469	66%	393.259	66%
Sul	45.912	8%	45.910	8%
Total	602.747	100%	595.528	100%
	Bruto de resseguro (*)		Líquido de resseguro (*)	
	2014	%	2014	%
Região geográfica				
Centro-Oeste	115.337	26%	116.079	26%
Nordeste	6.823	2%	6.830	2%
Norte	1.425	-	1.425	-
Sudeste	302.734	67%	297.787	67%
Sul	24.012	5%	23.847	5%
Total	450.331	100%	445.968	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE e DPVAT no montante de R\$ 1.540 e R\$ 75.901 (R\$ 5.204 e R\$ 51.898 em 31 de dezembro de 2014). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** i. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR e consequente resultado e o patrimônio líquido. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento de 5,98% (2,77% em 31 de dezembro de 2014) nos fatores de crescimento acumulado de sinistros ocorridos e avisados (desenvolvimento dos sinistros), com base na variabilidade média desses fatores. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

	Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (Bruto de impostos)		2015		2014	
	Local	Admitida	Total	Local	Total	Total
A	4.048	1.335	5.383	3.177	3.177	(434)
Total	1.836	-	1.836	1.186	1.186	4.363
	5.884	1.335	7.219	4.363	4.363	

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguros também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação. No caso de abaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2015.

Ativos financeiros - <i>Rating</i>	2015		2014	
	AAA	AA+	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	567.030	-	-	567.030
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	131.700	-	131.700
Debêntures	11.357	2.335	-	13.692
Outras aplicações	-	-	112	112
Total	578.387	134.035	112	712.534

Ativos financeiros - *Rating*

	2015		2014	
	AAA	AA	Sem <i>rating</i>	Total
Títulos de renda fixa públicos (*)	594.253	-	-	594.253
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	-	119.990	-	119.990
Debêntures	18.292	-	-	18.292
Outras aplicações	-	-	112	112
Total	612.545	119.990	112	732.647

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 117.495 (R\$ 121.186 em 31 de dezembro de 2014) com lastro em títulos públicos. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Diretoria Geral de Administração e Finanças e Marketing e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, a Companhia reporta mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela empresa, avaliando a sobre de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revistas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de necessidade de fluxo de caixa.

	De 1 e Acima de			
	Até 1 ano	5 anos	5 anos	Total
2015				
Disponível	2.514	-	-	2.514
Equivalentes de caixa	3.512	-	-	3.512
Aplicações (*)	274.579	261.790	98.434	634.803
Créditos das operações de seguros e resseguros	155.939	-	-	155.939
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	6.168	5.511	1.925	13.604
Outros créditos operacionais	6.009	-	-	6.009
Títulos e créditos a receber (**)	11.531	483	-	12.014
Outros valores e bens	5.324	-	-	5.324
Despesas antecipadas	105	-	-	105
Custos de aquisição diferidos	11.591	928	-	12.519
Outros ativos	-	112	-	112
Total do ativo	477.272	268.824	100.359	846.455
Provisões técnicas (**/****)	233.654	205.377	64.359	503.390
Contas a pagar	59.114	-	-	59.114
Débitos das operações com seguros e resseguros	75.861	-	-	75.861
Depósitos de terceiros	17.144	-	-	17.144
Total do passivo	385.773	205.377	64.359	655.509

	De 1 e Acima de			
	Até 1 ano	5 anos	5 anos	Total
2014				
Disponível	4.045	-	-	4.045
Equivalentes de caixa	13.239	-	-	13.239
Aplicações (*)	146.247	322.580	164.921	633.748
Créditos das operações de seguros e resseguros	128.318	-	-	128.318
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	7.456	5.378	779	13.613
Outros créditos operacionais	7.176	-	-	7.176
Títulos e créditos a receber (**)	10.818	1.087	-	11.905
Outros valores e bens	3.178	-	-	3.178
Despesas antecipadas	118	-	-	118
Custos de aquisição diferidos	10.592	730	-	11.322
Outros ativos	-	112	-	112
Total do ativo	331.187	329.887	165.700	826.774
Provisões técnicas (**/****)	265.577	194.354	24.572	484.503
Contas a pagar	66.604	-	-	66.604
Débitos das operações com seguros e resseguros	65.165	-	-	65.165
Depósitos de terceiros	4.096	-	-	4.096
Total do passivo	401.442	194.354	24.572	620.368

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 77.619 (R\$ 98.787 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 77.599 (R\$ 97.649 em 31 de dezembro de 2014), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.016 (R\$ 12.401 em 31 de dezembro de 2014) e R\$ 8.639 (R\$ 4.039 em 31 de dezembro de 2014), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 252.838 (R\$ 243.164 em 31 de dezembro de 2014) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. com base em cenários de *stress*, histórico e na metodologia de *Value at Risk* (VaR). Diariamente a Diretoria Geral de Administração, Finanças e Marketing e a MAPFRE Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, a visão identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é, séria histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda pelo modelo VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 954 (R\$ 1.225 em 31 de dezembro de 2014). Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: i. taxa de juros e ii. cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 699.522 (R\$ 751.840 em dezembro de 2014) de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 77.619 (R\$ 98.787 em 31 de dezembro de 2014) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT e R\$ 112 (R\$ 112 em 31 de dezembro de 2014) relativo a outros investimentos. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 621.791 (R\$ 652.941 em 31 de dezembro de 2014). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da empresa foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2015		2014	
	Impacto no patrimônio líquido/ Resultado (Bruto de impostos)	Impacto no patrimônio líquido/ Resultado (Bruto de impostos)	2015	2014
Fator de risco				
Taxa de juros				
Elevação de taxas	(19.658)	(8.116)		
Redução de taxas	21.068	9.919		
Parâmetros: a) 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros vigentes. b) 100 <i>basis points</i> nas estruturas de cupons vigentes. Risco Operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: exigências para segregação adequada de funções; exigências para o monitoramento de operações; cumprimento com exigências regulatórias e legais; documentação de controles e procedimentos; avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; desenvolvimento do Banco de Dados de Planos Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; desenvolvimento de Perdas de Continuidade de Negócios (PCN); treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e padrões éticos . Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados ao Comitê de Auditoria e Conselho de Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorrer. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. Gestão de capital: O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno para os acionistas. Nos termos da Resolução CNSP nº 321/15 as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco. Liquidez em relação ao CR é a situação em que a Seguradora apresenta montante de ativos líquidos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões, superior a 20% (vinte por cento) do CR. CMR é equivalente ao maior valor, entre o capital-base e o capital de risco (CR). Até a entrada em vigor do requerimento de capital para risco de mercado a Seguradora está apurando o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito e operacional, como demonstrado abaixo:				

	2015	
	480.413	(434)
Participações societárias	(105)	(105)
Despesas antecipadas não relacionada a resseguros	(188.956)	(188.956)
Créditos tributários - prejuízo fiscal/base negativa CSLL	(21.774)	(21.774)
Obras de arte	(10)	(10)
Patrimônio líquido ajustado (a)	269.134	269.134
Capital-base - CB	15.000	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito e operacional) (CR)	173.523	173.523
Capital de risco de subscrição	155.309	155.309
Capital de risco de crédito	28.750	28.750
Correlação entre capitais de subscrição e crédito	(12.558)	(12.558)
Capital de risco operacional	2.022	2.022
Capital mínimo requerido (b)	173.523	173.523
Suficiência de capital (c = a - b)	95.611	95.611
Suficiência de capital (c/b)	55,10%	55,10%

Abaixo está sendo apresentado o cálculo do índice de liquidez da Seguradora:

Capital de risco (a)	173.523
Índice de liquidez requerido pela Resolução CNSP nº 321/15 -	

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível por probabilidade de perda

	2015			2014		
	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão	Quantidade	Valor da causa	Valor da provisão
I - Fiscais	4	19.660	-	3	13.502	-
Possível	4	19.660	-	3	13.502	-
II - Trabalhistas	36	14.848	1.722	17	5.788	-
Provável	8	1.978	613	-	-	-
Possível	8	6.454	1.109	2	804	-
Remota	20	6.416	-	15	4.984	-
III - Cíveis	1.234	57.447	6.917	473	16.576	4.039
Provável	62	3.826	317	5	396	243
Possível	793	21.242	6.600	361	12.955	3.796
Remota	379	32.379	-	107	3.225	-
Total	1.274	91.955	8.639	493	35.866	4.039

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 468.766 (R\$ 308.295 em 31 de dezembro de 2014), e está representado por 38.433.749 ações ordinárias, sem valor nominal (38.433.749 ações em 31 de dezembro de 2014). **b) Reservas de capital:** O valor registrado na rubrica reserva de capital refere-se à atualização de títulos e valores mobiliários. Devido à incorporação da Vida Seguradora S.A. houve o aumento na reserva de capital de R\$ 1.960. **c) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015 a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio. **d) Reserva legal:** Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **e) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **f) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

g) Distribuição de dividendos:

	2015
Lucro líquido do exercício	104.325
Constituição da reserva legal (5%)	5.216
Lucro líquido ajustado	99.109
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	65.309
Juros sobre o capital próprio	28.500
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	16.635
Total de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) pagos	110.444

Quantidade de ações:	
Ações ordinárias	38.433.749
Dividendos/JCP distribuídos por ação:	
Ações ordinárias	2,87362

24. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Vida em grupo	424.267	417.665	72,22%	67,20%	25,41%	27,41%
Pessoas individual	106.354	17.725	24,78%	19,05%	0,26%	(58,52%)
DPVAT	75.901	51.898	87,01%	86,98%	1,41%	1,41%
Acidentes pessoais coletivo	66.624	31.188	29,53%	40,64%	26,96%	35,76%
Demais ramos	8.320	2.725	20,00%	26,02%	9,12%	1,46%
Total	681.466	521.201	61,65%	65,72%	18,77%	22,26%

b) Prêmios emitidos

	2015	2014
Prêmios diretos	680.188	507.433
Prêmios de cossegueros aceitos	807.001	620.405
Prêmios de cossegueros cedidos	1.567	1.912
Restituição de prêmio	(203.809)	(166.651)
Repasse DPVAT	(472)	(131)
c) Sinistros ocorridos	(420.133)	(342.552)
Sinistros	(350.741)	(299.588)
Consórcio DPVAT	(56.561)	(50.907)
Ressarcimentos	14	502
IBNR	(6.650)	668
IBNeR	(2.247)	9.553
Provisão de despesas relacionadas (PDR)	494	(6)
Serviço de assistência	(4.442)	(2.774)
d) Custo de aquisição	(127.894)	(116.021)
Comissões	(148.401)	(130.736)
Recuperação de comissões	20.929	17.245
Despesas com inspeção de riscos	(1.619)	(405)
Variação dos custos de aquisição diferidos	1.197	(2.199)
Outras despesas	-	74
e) Outras receitas e despesas operacionais	(26.731)	(52.833)
Apólices e contratos	(13.268)	(12.606)
Despesas com cobrança	(9.357)	(6.755)
Outras receitas/despesas	(6.212)	(4.432)
Lucros atribuídos	(3.121)	(3.129)
Contingências cíveis	(2.878)	(3.650)
Despesas cíveis	(2.368)	-
Despesas/receitas com DPVAT	(801)	2.165
Provisões para riscos de créditos	11.274	(2.379)
Operações intra empresas (nota 27)	-	(22.047)
f) Resultado de resseguro	1.263	(5.479)
Recuperação de indenização - direto	8.484	5.256
Variação das provisões de resseguro	5.683	4.880
Despesas com resseguro	2.801	376
Prêmio de resseguro - direto	(7.219)	(4.363)
Variação das provisões de resseguro	(2)	(6.372)
g) Despesas administrativas	(57.180)	(26.275)
Pessoal próprio	(24.740)	(13.457)
Serviços de terceiros	(14.887)	(4.390)
Localização e funcionamento	(11.209)	(7.579)
Publicidade e propaganda	(4.906)	(1.707)
Outras despesas administrativas	(1.438)	858
h) Despesas com tributos	(16.258)	(12.391)
COFINS	(12.491)	(8.909)
PIS	(2.030)	(1.457)
Taxa de fiscalização	(1.172)	(1.031)
Outras despesas com tributos	(565)	(994)
i) Resultado financeiro	79.077	46.297
Receitas financeiras	99.213	57.210
Rendimentos aplicações	96.677	53.431
Rendimentos equivalentes de caixa	1.025	646
Operações de seguros	293	1.944
Tributos	573	783
Outras receitas	645	406
Despesas financeiras	(20.136)	(10.913)
Operações de seguros - DPVAT	(10.077)	(6.402)
Operações de seguros	(7.730)	(2.035)
Taxa administrativa	(1.179)	(2.075)
Outras despesas financeiras	(1.134)	(344)
Encargos sobre tributos	(16)	(57)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	112.834	112.834	7.147	7.147
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15%	(28.185)	(16.925)	(1.763)	(1.072)
Efeito - aumento da CSLL 15% para 20% (nota 25c)	-	692	-	-
Diferenças temporárias	2.584	1.550	171	103
Diferenças permanentes	(569)	(103)	(425)	(48)
Prejuízo fiscal e base negativa	3.561	2.065	612	305
Juros sobre o capital próprio	7.125	4.275	-	-
Amortização de ágio	7.201	4.321	-	-
Deduções incentivadas	616	-	193	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(7.667)	(4.125)	(1.212)	(712)
Constituição/reversão de crédito tributário	(13.346)	(7.948)	(783)	(408)
Ajuste de crédito tributários - aumento da CSLL de 15% para 20%	-	24.577	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(21.013)	12.504	(1.995)	(1.120)
Alíquota efetiva (%)	19%	11%	28%	16%

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar

	2015	2014	Variação
Ativo			
Tributos a compensar	11.218	4.614	6.604
Tributos retidos na fonte	394	3.066	(2.672)
Total circulante	11.612	7.680	3.932
Diferenças temporárias:			
Contingências tributárias	(139)	(48)	(91)
Provisão para riscos de crédito	3.143	7.492	(4.349)
Provisão para participação nos lucros	2.145	2.742	(597)
Contingências cíveis	2.767	1.616	1.151
Contingências trabalhistas	689	-	689
Outras provisões	15.580	15.734	(154)
Ajustes de títulos a valor justo	3.241	782	2.459
Tributos diferidos sobre ágio (*)	24.844	33.605	(8.761)
Prejuízo fiscal e base negativa CSLL	188.956	173.561	15.395
Total não circulante	241.226	235.484	5.742

(*) Valor incorporado da Vida Seguradora S.A.

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros, o que permitirá a realização destes créditos nos próximos anos, conforme quadro abaixo:

Compensação de crédito tributário (*)		
2015	2016	2017
647.038	3.283.375	
(194.111)	(985.013)	
45%	45%	

Resultado

Compensação (30% do lucro)

Alíquota de IRPJ e CSLL

Compensação do crédito tributário

IRPJ

CSLL

Crédito tributário

Saldo a compensar

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios entre as empresas do Grupo.

c) Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Medida Provisória (MP) nº 675/15 convertida na Lei nº 13.169/15: A Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL das instituições financeiras por prazo determinado - período compreendido entre 1º de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, passando a vigorar a alíquota de 20%. O efeito do aumento de 5% na alíquota sobre os créditos tributários que possuem expectativa de realização, até dezembro de 2018, foi de R\$ 25.731, e a despesa adicional decorrente da majoração em 2015 representou R\$ 692.

26. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 177 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 268 em 31 de dezembro de 2014).

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou com partes relacionadas à Seguradora, empresas do Grupo MAPFRE, empresas que compõem o GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábil. Essas operações referem-se a utilização da estrutura e recursos entre as empresas do Grupo, de forma que o montante relativo a essa utilização é rateado e ressarcido conforme estabelecido entre as partes. **a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** É contabilizada na rubrica "Despesas Administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 2.675 (R\$ 2.204 em 31 de dezembro de 2014). **b) Compartilhamento de despesas:** As despesas administrativas das empresas operacionais do Grupo Segurador BBMAPFRE são compartilhadas entre as mesmas, e rateadas através de modelo interno de alocação e rateio de custos. O rateio contempla os gastos de gestão interna (despesas administrativas em geral), gastos de comercialização (despesas comerciais da rede e canais) e comunicação institucional (despesas de propaganda e marketing).

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as receitas e despesas incorridas estão resumidos no quadro abaixo:

	2015				2014				
	Relação	Ativo	Passivo	Despesa	Receita	Ativo	Passivo	Despesa	Receita
Aliança do Brasil Seguros S.A. (*)	Coligada	327	292	-	1.537	243	33	-	2.798
Brasilveículos Seguradora S.A. (*)	Coligada	882	294	-	5.760	500	-	-	6.729
Brasil Assistência S.A.	Coligada	-	113	4.442	-	-	3	2.772	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil (*)	Coligada	5.142	1.674	-	24.581	2.163	602	-	23.526
MAPFRE Affinity Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	1.304
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (**)**	Coligada	3.036	6.620	11.834	-	1.812	24.825	27.910	-
Vida Seguradora S.A. (*)	Coligada	-	-	-	-	-	-	-	7.665
MAPFRE Capitalização S.A. (**)	Coligada	279	-	1.358	-	156	-	-	602
MAPFRE DTVM	Coligada	-	-	177	-	-	-	-	106
MAPFRE Previdência S.A.	Coligada	-	2.487	177	-	-	2.709	268	-

(*) Refere-se a compartilhamento de despesas

(**) Refere-se a operações de capitalização

(***) Inclui o montante de R\$ 22.047 em 31 de dezembro de 2014 a pagar à MAPFRE Seguros Gerais S.A.

28. REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 1º de novembro de 2014 a Seguradora incorporou a totalidade do patrimônio, apurado pelo valor contábil, da Vida Seguradora S.A., conforme deferimento formalizado através da Carta 207/2014/SUSEP-SEGER em 10 de junho de 2014. Os acionistas aprovaram a incorporação através da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de outubro de 2014. Os saldos da Vida Seguradora S.A., incorporados estão apresentados abaixo:

	Ativo	Passivo	Total
Circulante	233.009	775	295.539
Disponível	4.486	775	16.496
Equivalentes de caixa	174.391	0	4.341
Aplicações	44.363	0	478
Créditos das operações com seguros e resseguros	36.871	0	10.846
Prêmios a receber	7.492	0	831
Operações com resseguradoras	2.520	0	28.622
Outros créditos operacionais	1.635	0	3.328
Ativos de resseguro - provisões técnicas	2.215	0	58
Títulos e créditos a receber	1.664	0	5.889
Títulos e créditos a receber	468	0	6.482
Créditos tributários e previdenciários	83	0	12.865
Outros créditos	618	0	262
Outros valores e bens	115	0	250.159
Despesas antecipadas	1.891	0	211.891
Custos de aquisição diferidos	234.780	0	38.268
Ativo não circulante	225.542	0	9.746
Realizável a longo prazo	159.012	0	90
Aplicações	66.122	0	8.888
Títulos e créditos a receber	226	0	768
Títulos e créditos a receber	55.796	0	162.504
Créditos tributários e previdenciários	10.100	0	75.391
Depósitos judiciais e fiscais	408	0	57.609
Custos de aquisição diferidos	340	0	13.038
Investimentos	333	0	73
Participações societárias	7	0	16.393
Outros investimentos	6.969	0	
Imobilizado	1.962	0</	